



Entrevista de Jean-Marie Klinkenberg a Amir Biglari*

Amir Biglari**

Resumo: Em uma entrevista com Amir Biglari – publicada em francês em *Entretiens sémiotiques* (org. Amir Biglari, Limoges, Lambert-Lucas, 2014, pp. 293-321) – Jean-Marie Klinkenberg conta sobre a criação do Groupe μ e comenta sua evolução e formação atual. Klinkenberg dá detalhes tanto da história do Groupe, como dos modos de colaboração entre seus membros. Em primeiro plano, focaliza a atuação do Groupe na semiótica, porém, num horizonte mais amplo, aborda vários pontos a respeito dessa área de pesquisa: as relações entre a semiótica e as ciências cognitivas, o lugar da semiótica no campo das humanidades, o papel da semiótica nas sociedades contemporâneas, as lacunas em seu arcabouço e as perspectivas que a ela se abrem, além de apresentar a situação atual da semiótica na Bélgica.

Palavras-chave: História do Groupe μ , Semiótica, Sociedade, Ciências cognitivas, Ciências humanas

Como foi formado o Groupe μ ?

O Groupe μ nasceu de uma insatisfação. Aquela que seus membros sentiam, no fim dos anos 1960, diante das estruturas esclerosadas da universidade.

Então, naquela época, a unidade do grupo era no início menos interdisciplinar nas temáticas de reflexão de seus membros – ele agrupava em seu seio especialistas do cinema, da bioquímica, da filosofia, da sociologia das culturas, da literatura, da linguística. . . – que no que os estimulava: a relação deles permitia a cada um escapar das estruturas que os sufocavam e pôr em xeque os pesados conformismos universitários do momento. Eles tinham consciência de trabalhar à margem, contra um mundo antigo. Alguns não hesitavam, aliás, em compará-los com os cristãos das catacumbas! Só para constar, não se pode esquecer que Francis Édeline – engenheiro, mas apaixonado pelas questões semióticas, e especialista em poesia concreta – fez, em 1965, uma palestra para a *Société de Symbolisme*, no final da qual Jacques Dubois foi falar com ele para comentar sua intervenção. A necessidade de trocas suscitou a constituição do Groupe, inicialmente composto por Jacques Dubois, Philippe Minguet, Francis Édeline e Hadelin Trinon, aos quais se juntaram logo depois Francis Pire e eu mesmo, que era como o caçula da turma por ter acabado de terminar a graduação.

Necessidade de liberdade. . . O fato é que a equipe ofe-

recia desde o início um modelo reduzido de sociedade sem classes, já que o debate gerava um pensamento coletivo (e era de se esperar que o conceito chave desse pensamento fosse o da mediação; eu vou voltar a isso) e já que esse pensamento se mostrou duravelmente sólido a ponto de serem assinados, sob um único nome, os trabalhos de poética e de semiótica, constituindo assim uma espécie de Bourbaki das ciências humanas (o que não impediu a nenhum membro do Groupe de ter uma produção pessoal, em semiótica ou em outros domínios).

O tema de reflexão comum do Groupe foi determinado por duas coisas: o gosto comum dos membros pelos aspectos inovadores das artes (artes plásticas, literatura, cinema) e pela ciência dominante do momento: a linguística. Na época, pensava-se que essa linguística seria a chave de todas as linguagens e, principalmente, da especificidade das linguagens culturais, que eram a preocupação de todos. Essa disciplina parecia também trazer uma resposta otimista para a demanda de liberdade, que então se formulava, já que, de fato, qualquer libertação passa também por uma independência das linguagens.

Foi assim que a retórica – uma velha disciplina que se acreditava morta – foi rapidamente para o centro dos interesses do Groupe. Linguística, poética, retórica: essas são as origens de nosso primeiro livro coletivo,

* Texto completo da entrevista abreviada publicada em Biglari, Amir (2014). *Entretiens sémiotiques*. Limoges: Editions Lambert-Lucas. Cap. 16. Jean-Marie Klinkenberg (p. 293-321).

** Université Paris-Sorbonne . Endereço para correspondência: (biglari_amir82@yahoo.fr).

Rhétorique générale (Retórica Geral, São Paulo, Editora Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1974). Elaborado rapidamente, no entusiasmo geral, foi logo publicado, em 1970, na mítica coleção “Langue et langages”, tornando-se imediatamente, para nosso grande espanto, uma referência internacional, traduzida em umas quinze línguas. Sem dúvida, a obra respondia a uma necessidade, por colocar em evidência os mecanismos fundamentais em operação na língua literária, assim como na do sonho e na da publicidade, tanto na da narrativa cinematográfica quanto na da imagem científica. A apresentação desses mecanismos sob a forma de uma matriz robusta de operações e operandos colaborou, sem dúvida, não por acaso, para o sucesso do livro, logo seguido por *Rhétorique de la poésie* (Retórica da Poesia, São Paulo, Editora Cultrix, 1980).

Sabe-se que, na sequência, as pesquisas sobre a linguagem evoluíram rapidamente em sentidos divergentes, a tal ponto que se pode falar de ruptura. Aliás, sem dúvida há poucas disciplinas que conheceram uma carreira tão meteórica quanto a poética: mal foi nomeada e sua própria existência já foi recusada. Uns realmente levaram a sério a palavra de ordem de Ferdinand de Saussure; para estes, quem fazia semiologia deveria assumir a tarefa de estudar a vida dos signos no seio da vida social. E, sob essa ótica, a especificidade do literário não podia residir somente em suas estruturas, mas sim na articulação destas últimas com a vida social (de modo que essa especificidade fosse – mas ninguém chegou a essa conclusão – de natureza antropológica ou social). Outros dedicaram seus esforços a descrever os mecanismos das linguagens, recusando qualquer articulação destes com o real, e se orientando a partir de então para um formalismo racionalizante. Esse princípio de imanência, teorizado por Hjelmslev, foi levado a seu termo por alguns discípulos de Greimas. Mas o importante é notar que para uns e outros a língua não era nada mais que uma linguagem dentre todas as outras e que era necessário revelar as leis gerais que regiam todo esse conjunto.

Daí a reorientação do Groupe da retórica para a semiótica. . .

Sim. É em parte o espírito da época que explica o fato de o *Groupe*, nascido sob a égide da poética, inscrever-se muito rápida e naturalmente no contexto da semiótica, que ainda estava se constituindo. Ele se inscreveu nesse contexto sob dois pontos de vista, institucional e cientificamente.

No nível institucional, nós nos integramos rapidamente aos grupos de pesquisa em vias de formação. Por exemplo, fomos os primeiros a ministrar cursos de pós na Universidade de Urbino, em companhia de Christian Metz, e sob a responsabilidade de Joseph

Courtés; e Umberto Eco me pediu para coeditar com ele as Atas do Primeiro Congresso Mundial de Semiótica, que ele havia organizado em Milão, em 1974.

No nível científico – que é evidentemente mais importante –, nossa orientação semiótica já era bem visível em nosso *Rhétoriques particulières* [Retóricas particulares], contemporâneo de Retórica geral, e na segunda parte deste último, na qual desenvolvíamos, por exemplo, um esquema narratológico válido tanto para o cinema quanto para o romance.

Essa abertura para a semiótica estava assim marcada, quase fatalmente, na estrutura interdisciplinar da coletividade e em seus objetivos iniciais.

Na estrutura, quatro dos seis membros mantinham relações estreitas com o mundo das artes plásticas e das técnicas visuais, na época em pleno desenvolvimento; a preocupação com as linguagens plásticas e icônicas encontrava-se, desse modo, bastante presente desde o início de nossas reuniões. Nos objetivos, o projeto formulado no fim dos anos 1960 era realmente, de imediato, o de uma “retórica geral” aplicável a todas essas disciplinas; tratava-se de estender a noção de figura, com o que ela supõe (daí uma teoria das interações pragmáticas), a outras famílias de enunciados, como a imagem fixa ou o cinema. A hipótese de partida era, portanto, necessariamente de natureza semiótica: se existem leis gerais da significação e da comunicação – e é este o postulado da semiótica, não é? –, então é possível encontrar nesses enunciados fenômenos de polifonia comparáveis aos que se observam na linguagem verbal. A hipótese subjacente supunha mecanismos muito gerais operando: gerais e, portanto, independentes do domínio particular em que se manifestam. O objetivo de uma retórica geral é, a partir de então, descrever o funcionamento retórico de todas as semióticas por operações robustas, que permanecem idênticas em todos os casos. É, portanto, ao mesmo tempo por razões circunstanciais – a formação de vários dos membros do *Groupe* e os avanços contemporâneos dos estudos linguísticos – que a comunicação linguageira parece ter sido privilegiada nos primeiros trabalhos em equipe. Mas, como eu já disse, estes já propunham avanços em semiótica geral, graças a contribuições acerca da narrativa, do sistema dos pronomes pessoais ou – depois voltarei a esse assunto – dos próprios princípios da análise semântica.

Talvez seja preciso dizer algo sobre o clima epistemológico no qual esse acontecimento se deu. É que o *Groupe* realmente não teve escolha nas duas orientações que defini antes: a retórica, que tinha aberto para ele o acesso à poética operava realmente a síntese entre os usos sociais e os usos estéticos da língua e mostrava ser uma ferramenta adequada para cercar as manifestações da ideologia. Aos olhos do *Groupe*, ela explicava também o caráter dinâmico e produtivo

de nossas linguagens.

Isto – e, uma vez mais, a característica interdisciplinar do coletivo – explica claramente a originalidade da voz que o *Groupe μ* viria manter no concerto semiótico. Longe de optar por certo imanentismo, de que guardou o rigor descritivo (a Semântica estrutural de Greimas foi uma de nossas bíblias. . .), ele sempre se empenhou em nunca rechaçar a questão da relação do sujeito com o meio, e principalmente com o meio natural.

Como o senhor vê a evolução do *Groupe μ* , seu estado atual e suas perspectivas?

Como acabo de dizer, o *Groupe* evoluiu na direção da semiótica geral, mas uma semiótica que reserva um lugar à corporeidade das linguagens e que coloca a questão do papel do sentido no mundo. Entretanto, nos anos 1970, as correntes dominantes ainda eram bastante formalistas. Se voltarmos a esse momento, a evolução que o *Groupe* conheceu então está em parte ligada aos debates sobre o formalismo. E isto se manifestou ao mesmo tempo em sua constituição e em suas preocupações, que conheceram duas transições importantes, preparando uma terceira. Partamos dessas preocupações, se você permitir.

Certa distância com o formalismo estruturalista já havia sido tomada com *Rhétorique de la Poésie* (1977) (Retórica da Poesia, 1980). Certamente, o título desse livro mostra suficientemente que ele ainda se inscrevia na linhagem dessa poética de que já falei. Mas ele demonstrava também que, se a presença de certas estruturas linguísticas – dentre as quais está em primeiro lugar a poli-isotopia, tornada possível pela figura – era uma condição necessária da produção do efeito poético, tal condição não era suficiente, e critérios antropológicos e sociais deveriam vir completar essas estruturas. A obra, aliás, subintitulada *Lecture linéaire, lecture tabulaire* (Leitura linear, leitura tabular), constitui, portanto, uma contribuição para o estudo da dinâmica textual, mas também para uma antropologia da literatura. É principalmente nesse contexto que ela aponta para a importância do fenômeno da mediação, um termo aqui utilizado no sentido aplicado por Lévi-Strauss: designa as novas conjunções que podem ser elaboradas entre os termos opostos de uma estrutura. Um processo seguramente muito geral: as mediações podem tanto residir em dispositivos antropológicos quanto ser o produto de mecanismos discursivos.

A segunda transição foi a dos nossos trabalhos de semiótica visual. Como eu disse, o *Groupe* tinha, desde o início, marcado um encontro com os fatos de comunicação visual: de imediato, houve o entendimento de que uma retórica realmente geral devia também investir em outros universos semióticos, e principalmente

no do visível. Essa posição, afirmada no primeiro trabalho assinado *Groupe μ* – datado de 5 de março de 1967, primeira manifestação coletiva na mesma Sociedade de Simbolismo. . . foi, portanto, confirmada pelos trabalhos que publicamos a partir de meados dos anos 1970.

Todavia, em matéria de semiótica visual, a situação do campo era então bem diferente do que era em linguística no momento da elaboração de *Rhétorique générale*. Nos anos 1960, efetivamente, havia à disposição um vasto *corpus* linguístico de conceitos. Um *corpus* certamente diversificado, mas em todo caso imediatamente utilizável: bastava, portanto, explorá-lo adequadamente para elaborar uma retórica linguística contemporânea. Nada de semelhante ocorria para uma retórica visual; não é audácia dizer que, excluindo-se as excelentes propostas de Christian Metz e de Umberto Eco ou as que Nelson Goodman formulava a partir do campo filosófico e algumas outras propostas de especialistas da estética, o que se conhecia então como “semiótica visual” era em geral apenas crítica de arte subjetiva ou especulação estética, que se apresentava sob a máscara intimidante de uma linguagem tecnicista o mais das vezes obscura e, de qualquer maneira, aproximativa.

Antes de se lançar numa “retórica da imagem”, que era seu objetivo, o *Groupe μ* teve, portanto, de elaborar longamente o quadro teórico necessário, isto é, ao mesmo tempo a origem de sua contribuição para a semiótica visual e a explicação do lapso de tempo bastante longo que separou *Rhétorique de la poésie* de nossa obra coletiva seguinte, o *Traité du signe visuel* (1992) [Tratado do signo visual]. Mais que uma retórica visual (ainda foi subintitulado *Pour une rhétorique de l'image*, Por uma retórica da imagem), o Tratado apresenta-se como uma espécie de gramática geral da imagem. Gramática geral porque ela entende valer para todos os tipos de *corpora* considerados – obra artística, plano de montagem, imagem científica. . . – e porque ela cerca tanto as unidades mínimas desses enunciados (cuja existência é por vezes recusada pela estética) quanto suas regras gerais de combinação. Essa semiótica visual geral contribui, por sua vez, para a semiótica geral *tout court*. Efetivamente, uma questão encontrada nesse estágio pelo *Groupe* foi a das relações entre a experiência (sensorial) e a significação – questão que se refere a esse nível de generalidade, por ir ao encontro da própria origem do sentido.

Tal questão das relações entre a experiência sensorial e a significação era, aliás, necessariamente pressuposta pela do iconismo, que já havia sido colocada no início do século XX por Charles S. Peirce, mas este não podia responder a isso, considerando os conhecimentos sobre a cognição (e, em particular, sobre a cognição visual) da época. A originalidade da contribuição do *Groupe* foi a de ter construído uma ponte entre as dis-

ciplinas que se preocupavam com a experiência e uma semiótica de vocação imanentista. Essa contribuição mostra efetivamente que o sentido se elabora a partir de perceptos elementares, que integram e organizam os estímulos a partir de mecanismos perceptivos especializados, em um procedimento de abstração que visa a categorizar a experiência.

É esse ponto que me permite passar ao que é a terceira etapa e responder ao aspecto de sua pergunta que tem a ver com o estado atual do *Groupe* e suas perspectivas. O tema a respeito do qual trabalhamos atualmente é o conjunto das questões que acabo de evocar: as sensorialidades, a relação do sentido com o mundo, com a ação e com o conhecimento. . . Elas devem resultar numa obra que, sem dúvida, será a última que trará a assinatura coletiva.

A última obra coletiva? Por quê?

Porque, só para contar uma anedota, devo lembrar aqui que o *Groupe* diminuiu ao longo dos anos. Talvez não tão vertiginosamente quanto o grupo dos Dez Negrinhos de Agatha Christie, mas enfim. . . Logo depois de *Rhétorique générale*, nossos fiéis amigos Hadelin Trinon e Francis Pire haviam se distanciado da equipe, pois tinham dificuldade para alocar o trabalho deles num ritmo coletivo. O que era já o núcleo duro – o “grupo dos quatro”. . . – subsistiu, portanto, tal qual durante vários anos. Mas, depois de *Rhétorique de la poésie*, foi a vez de Jacques Dubois distanciar-se um pouco, já que era cada vez mais requerido por seus trabalhos em sociologia da cultura, área na qual ocupou o lugar importante que se conhece (e na qual o acompanhei de longe: uma parte de minha produção refere-se a essa temática). Não é impossível que os debates de então sobre o formalismo tenham tido um papel no distanciamento daquele que é, ainda hoje, um de meus colegas mais próximos e um de meus melhores amigos. Foi, portanto, a três que nós pensamos o Tratado, e a dois que o terminamos, uma vez que a saúde de nosso estimulante amigo Minguet – o espírito mais endiabrado de nosso grupo, já falecido – começou na época a vacilar. Depois desse livro, Francis Édeline e eu pensamos que a hora do fim do projeto havia chegado: pois, obviamente, dois não fazem mais um grupo. . . Mas o mundo semiótico decidiu de outra forma! Tendo a obra suscitado um certo interesse – não, um interesse certo –, fomos de certa maneira forçados a continuar a nos manifestar coletivamente no domínio da semiótica visual. Assim, fui reeleito por quatro vezes presidente da Associação Internacional de Semiótica Visual; e, por outro lado, participamos recentemente de um importante programa internacional de pesquisa a respeito das imagens científicas, sobre as quais já havíamos trabalhado em 1995. . . Mas, evidentemente, temos saudade do tempo em que ser quatro ou seis permitia outro método de trabalho.

Em torno do núcleo, digamos, histórico, gravita hoje um conjunto de pesquisadores, frequentemente mais jovens, que constitui uma espécie de *Groupe μ* ampliado. Mas esse círculo, no qual se encontra, por exemplo, Sémir Badir e Maria Giulia Dondero, não tem a ambição de produzir trabalhos coletivos: é mais um foro de reflexão e de dinamização. Seus pontos de semelhança com o *Groupe* inicial referem-se ao fato de ele também ser interdisciplinar (encontramos ali representadas a egiptologia, a sociologia da literatura, a pré-história, a antropologia, a matemática, a filosofia. . .), de se reunir sempre em torno de questões que tratam da jurisdição da semiótica. . . e de recusar, como o primeiro, a institucionalizar-se.

Pois foi sem dúvida a total liberdade assumida frente às instâncias acadêmicas que per fez o segredo da longevidade do histórico *Groupe μ*. Se, em nossas publicações, evocamos nosso pertencimento à Universidade de Liège, é unicamente porque a maioria de nós trabalhava ali, entretanto, não aparecemos em nenhum lugar na estrutura dessa universidade. E nunca pedimos um centavo sequer de subvenção nem qualquer representação a título coletivo. Por conseguinte, nunca tivemos de prestar contas ou respeitar prazos. Também não havia chefe – eu já não falei de uma maquete de sociedade sem classes. . . ?

Como foram e como são concretamente suas colaborações no seio do Groupe μ?

Se entendi bem sua pergunta, ela está ligada, ao menos em parte, ao modo de trabalho coletivo do *Groupe*. Essa pergunta seguramente tem aspectos anedóticos, mas nos é feita com frequência: como se pode pensar a seis, a quatro ou a dois? Enquanto o trabalho em equipe é mais corriqueiro nas ciências exatas (mas é verdade que esse trabalho é aí mais de análise que de conceitualização), ainda é o modelo individualista que prepondera nas ciências humanas. Em consequência, a pergunta talvez tenha também um alcance epistemológico: existe um pensamento coletivo? Meu amigo e editor Benoit Peeters colocou essa questão, com Michel Lafon, em *Nous est un autre* [Nós é um outro], um livro que mostra que esse tipo de colaboração talvez seja mais frequente que se imagina.

Para começar pelo ponto de vista anedótico, eu lembro que Jacques Dubois, a quem haviam feito essa pergunta um dia, no tempo do grupo dos quatro, respondeu assim: “É bem simples: Minguet chega e começa. Depois Édeline chega e pensa. Klinkenberg, que também chegou, rabisca. Finalmente, eu chego e assino”. Como toda caricatura, também essa tinha um fundo de verdade. Alma de uma grande liberdade, Philippe Minguet também era de certo modo nosso *manager*. Nunca lhe faltava dinamismo; ele sempre

soube estimular o trabalho coletivo sem nunca perder de vista a necessidade de divulgá-lo, editorial e institucionalmente. Por muito tempo nos reunimos no prédio do “Séminaire d’esthétique” (grupo de estudo sobre estética), que essa personalidade muito independente tinha conseguido estabelecer numa casa particular, fora da universidade (a lenda conta ainda que, no interfone, muitas senhoras quiseram marcar hora para sessões de massagens redutoras ou de lipoaspiração). Quanto a Francis Édeline, ele sempre foi para o *Groupe*, indiscutivelmente, o mais generoso provedor de ideias. Isso tinha a ver em parte com seu status; sua carreira acadêmica não se relacionava em nada com a nossa, já que estávamos ligados a uma Faculdade de línguas e letras e ele era professor de bioquímica. Ele podia, desse modo, dar ao grupo tudo o que, em sua atividade, abrangia a poética e a semiótica, sem ser institucionalmente obrigado a explorá-la também por si mesmo. Mas essa explicação da fórmula de Dubois não é a única (e, aliás, Édeline teve, desde antes do *Groupe* μ e ainda depois, uma produção considerável em matéria de poética): havia, há também nele – que é o coordenador do grupo – uma extraordinária juventude de espírito e uma incansável curiosidade, que produziam uma inventividade que todos nós aproveitamos, às vezes com dificuldade de acompanhar. Quanto a Dubois, que, dos membros fundadores, era o que estava institucionalmente mais próximo da poética e da retórica (e a quem eu já disse a você tudo o que devo), ele era o primeiro na ordem alfabética. Como no início de nossas aventuras os computadores portáteis não existiam e como a letra grega μ não figurava nos teclados das máquinas de escrever, as referências a nossos trabalhos apresentavam-se quase sempre sob a forma de uma lista de nomes em que o dele aparecia invariavelmente em primeiro lugar; e, com mais frequência ainda, essa lista era reduzida à menção “J. Dubois et al.”, o que não deixava de ferir nosso senso de igualdade”. Aliás, nós zombamos dessa ordem de precedência alfabética ao nos rebatizarmos e ao assinarmos um dia um artigo (para o qual o *Groupe* tinha convidado temporariamente Philippe Dubois) com os nomes Jacques Dubois, Francis Dubois, Jean-Marie Dubois, Philippe Dubois e Philippe Dubois (este último nome aparecendo, assim, duas vezes. . .).

Agora, falando seriamente, o trabalho coletivo passa antes por sessões de compartilhamento, uma ideia, ou uma leitura. Houve a época dos sábados de manhã, e das noites durante a semana, depois a das manhãs. Por vezes, quando das reuniões, não acontecia nada; falávamos a respeito do último filme ou do último colóquio. Privilégio daqueles que não têm de prestar contas a ninguém. Quando um tema parecia maduro e quando alguém se sentia capaz de desenvolvê-lo, uma anotação escrita era feita. Sendo a anotação revista e criticada pelos outros, os argumentos passavam pela

triagem da discussão. Progressivamente, isso acabava por dar forma a um texto. Ao longo das retomadas, as marcas estilísticas pessoais (que aqueles que nos conhecem bem podem identificar!) têm tendência a se mostrar. Isso resulta em formulações nuançadas, às vezes com longas e pesadas ponderações, tudo esmiuçado; mas também era comum isso desembocar em posições inflexíveis.

Mas o interesse do trabalho coletivo, em nosso caso, é evidentemente sua pluridisciplinaridade. E esse interesse é duplo.

O primeiro interesse, o mais simples de descrever, é de ordem prática: quando uma questão particular se colocava ao longo da discussão (qual é a lista de categorias segundo Aristóteles? O conceito de isotopia teve em Rastier uma evolução em relação à sua definição primitiva por Greimas? O fenômeno da alotopia, ou ruptura de isotopia, tem um fenômeno neurológico correspondente? Qual sentido Lakoff e Johnson dão à palavra metáfora?), um de nós tinha quase sempre a resposta. Ou, se não se dispunha dela imediatamente, ao menos se sabia onde encontrá-la para apresentá-la na reunião seguinte, em benefício dos outros. Reduzido a uma dupla hoje, é claro que temos saudade desse tempo em que o grupo cobria um leque maior de competências.

O segundo interesse da pluridisciplinaridade é, a meu ver, mais importante. É que ela abertamente coloca o pesquisador ao abrigo de todo provincianismo metodológico, e que ele lhe ensina uma espécie de modéstia. Por exemplo, no momento em que elaborávamos nossa teoria da significação visual, tivemos de perceber que um grande número de propostas de natureza indubitavelmente semiótica tinha sido formulado pelos psicólogos da Gestalt. A vestidura terminológica sob a qual se apresentavam essas proposições com certeza era diferente daquela que é familiar ao semiotista, assim como o contexto geral do propósito. Mas o que é essencial? Compreender melhor o fenômeno que se aborda ou, ao contrário, atraí-lo ao seu pequeno cercado para ali domesticá-lo e assim assentar melhor seu sentimento de poder, mas sem dominar todas as dimensões?

Constato, de todo modo, que nossa posição institucional nos tornou uma espécie de *outsiders*: nós nos nutríamos dessa ou daquela escola, mas sem vassalagem. Admito que isso às vezes dá uma aparência sincrética ao nosso trabalho; mas sua verdadeira aviação, a meu ver, deve residir nas respostas dadas à seguinte pergunta: esse trabalho permitiu compreender melhor o como e o porquê desse fenômeno?

Mas o senhor não falou de sua contribuição pessoal para esse trabalho coletivo, nem de sua própria relação com a semiótica. . .

Eu ia chegar lá. Sim, para voltar ao aspecto anedótico, eu devia ainda explicar em que a fórmula caricatural de Dubois guardava um fundo de verdade no que diz respeito a mim. Ela dizia, lembrando, “Klinkenberg põe o preto no branco”. É verdade que, no *Groupe*, era principalmente eu que desenvolvia uma visão de conjunto do trabalho coletivo e percebia melhor a economia geral. No quadro da redação final de nossos trabalhos, minha missão era, desse modo, ver melhor o plano de conjunto, procurar as lacunas ou as contradições. Hoje, como não somos mais que dois, a caricatura é mais pertinente que nunca: Édeline não para de inventar e eu preciso canalizar um pouco e às vezes até conter esse fluxo!

Outro aspecto que me diz respeito é a articulação entre o trabalho do *Groupe* e a disciplina da semiótica. No início desse trabalho, nunca nos preocupávamos em dar um nome exato ao que fazíamos. Bastante tranquilos, realmente não aspirávamos a nenhuma tomada de poder simbólico – e ainda mais porque nossa posição geográfica de provincianos não nos encorajava a isso – e não seguíamos nenhum guru. Claro que palavras como “retórica”, “poética” ou (menos frequentemente) “estética” logo foram depositadas em nossos trabalhos. Somente aos poucos é que a palavra “semiótica” se colocou com insistência, sem dúvida porque o nome dessa disciplina em vias de constituição e com vocação totalizante era bastante adequado para designar nossa prática coletiva. E, num momento preciso, impôs-se com força e clareza: foi na época de nossa retórica visual. Mas já falei sobre esse *semiotic turn*. . . Seja como for, no plano institucional, fui eu que tive de assumir esse pertencimento e essa inserção. De fato, por ser linguista de formação, minhas preocupações pessoais orientaram-se cedo para questões de semiótica geral (e evidentemente a influência do *Groupe* tem algo a ver com isso). Tornei-me o único a fazer da semiótica meu *core business*: a linha de pesquisa que fui levado a desenvolver junto à minha instituição, quando da minha nomeação no corpo docente em 1979, era designada por “Semiótica e retórica”. E este nome virou o da minha cadeira ao me tornar professor titular, depois foi “a razão social” de minha equipe quando ela se constituiu. O fato de ser, desse modo, o detentor de uma legitimidade semiótica trouxe, em certas ocasiões, alguns contratemplos: sem dúvida, tive mais dificuldade para traçar um limite entre o meu trabalho pessoal e o desenvolvido coletivamente do que os

demais integrantes do *Groupe*.

Pessoalmente, de todo modo, eu tenho uma dívida importante para com o grupo e seus membros. Minha formação lhe deve, lhes deve muito, e eu lhe devo, lhes devo sem dúvida minhas maiores alegrias intelectuais. . .

Isso me leva a pensar numa última coisa – não: duas coisas! – que nem sua pergunta nem a resposta de Dubois trazem à tona: é a atmosfera que reinava e ainda reina no seio do grupo. Sempre houve entre nós uma franca camaradagem, uma alegre provocação intelectual, em seguida, uma cumplicidade intelectual. Apesar da diferença de idade (há uma distância de catorze anos entre mim e o mais velho), de *status*, de orientação, logo me senti à vontade. Mas havia também o clima efervescente da época – acabávamos de sair de maio de 1968 e fazíamos uma revolução intelectual! – que pedia por isso. O clima sempre foi de respeito e confiança. Acabei de dizer a você que às vezes era difícil para mim fazer distinção entre o que me pertencia e o que pertencia ao coletivo. Mas, desse ponto de vista, nunca houve um só problema entre nós. Nunca ninguém achou que alguém puxava a sardinha para a sua própria brasa, roubava a coletividade ou até tirava alguma vantagem por pertencer ao grupo. . .

Sem dúvida, uma parte dessa liberdade, dessa criatividade alegre e dessa confiança vem do fato de nunca nos termos institucionalizado, como eu já disse.

Houve alguma resistência frente às propostas teóricas do Groupe μ ?

Essa pergunta é complicada. De todo modo, é preciso evitar tratá-la em termos anedóticos, pois obviamente seria possível descrever alguma resistência fazendo remissão às diferentes escolas semióticas. E é isso que estou chamando de anedótico, uma vez que dizer “nós reivindicamos isso ao passo que os outros dizem aquilo” não explica nada. Seria meio como explicar que o ópio faz dormir porque ele tem uma *virtus dormitiva*. Portanto, é preciso tentar ver de fora os pontos de ruptura ou, ao menos, de compartilhamento sobre questões essenciais.

Se a pergunta é complexa, isso quer dizer também que a resposta que podemos lhe dar depende tanto do momento quanto do tipo de questão tratada pelo *Groupe*. De fato, de um lado, os objetos de pesquisa do grupo evoluíram, como eu lhe disse, de outro, o campo intelectual também se modificou profundamente ao longo desses quarenta anos. Se se quer avaliar as harmonias e as tensões, trata-se de ver, toda vez, em cada etapa, como o campo intelectual se estruturava.

Na primeira fase de nosso trabalho – aquela em que participamos, ao lado de Barthes, Todorov, Jakobson, Genette, da redefinição da retórica –, pode-se dizer que

a clivagem principal era a dos antigos e dos modernos. No campo dos estudos literários, havia os que eram pela tradição. Essa tradição era a da aproximação histórica lansoniana ou a de uma aproximação interna, mas que se tratava principalmente da que os especialistas da estilística propunham: um procedimento interno munido de uma recusa a toda e qualquer tecnicidade exagerada e, acima de tudo, a toda e qualquer teorização, o que a diferenciava de maneira expressiva da poética, com suas exigências de modelização. O texto analítico devia permanecer acessível ao “homem comum”, e abster-se de colocar certas questões epistemológicas (e ideológicas – não esqueçamos que estávamos numa época em que perguntavam sempre, às vezes de modo inquisitório, “de que lugar você fala”?). Se voltarmos ao nível do campo mais vasto das ciências humanas, o espaço da modernidade era então ocupado pelo estruturalismo, que há muitos anos parecia a metodologia mais adequada para resolver essas questões. Portanto, pertencíamos, de forma resoluta, tanto ao campo dos modernos (eu lhe disse que o *Groupe* nasceu de uma insatisfação diante da velha universidade) quanto ao campo aberto por esse estruturalismo. Desse modo, sim, para responder à sua pergunta, houve resistência: a do velho mundo que nos cercava. Mas, de um lado, na época o estruturalismo já era questionado (e foi talvez o que nos impediu de adotar para nosso primeiro livro o título de *Retórica estrutural*, que nos fora proposto), de outro, a clivagem antigos-modernos repousava no que se poderia chamar de alianças táticas, e camuflava outras divisões. Nenhum dos dois campos era homogêneo (pense na “querela da nova crítica”, bem esquecida hoje; ela fez perceber que os “novos críticos” eram tanto psicólogos da literatura quanto especialistas em poesia).

Assim sendo, foram essas clivagens que, em seguida, deram as cartas. Foi possível perceber também que o espaço “estrutural” continha metodologias descritivas imanentistas e outras que não o eram (na medida em que elas eram antropológicas ou psicológicas). Não se percebia essa oposição na época, mas depois ficou gritante, mesmo se ela tivesse sido expressa de maneira aparentemente menos polêmica que as que animaram os anos 1960. Mas, mesmo tendo organizado extensivamente o campo, ela se enfraquece de novo agora, e novas clivagens sem dúvida vão se apresentar. . .

O que não ficou muito claro a nosso ver talvez tenha sido a questão do formalismo. Nossa retórica geral apareceu como muito formalista; é algo que alguns censuraram na época. A oposição que fizeram constantemente entre as duas neoretóricas contemporâneas – a retórica das figuras e a da argumentação – pode aparecer como uma das manifestações dessa oposição entre a perspectiva imanentista e a heteronomista ou interacionista, à qual voltarei. Pode-se,

entretanto, provar – e creio ter feito isso mais de uma vez – que a retórica figural que acreditávamos levar adiante tinha uma dimensão pragmática, e que há uma complementaridade entre as duas neoretóricas, bem mais que uma oposição. Quanto à nossa *Rhétorique de la poésie*, apesar de utilizar certo número de esquemas tipicamente estruturalistas (em especial o conceito de isotopia, desenvolvido por Greimas, depois por Rastier, e que ampliamos notavelmente), ela se orientou de forma mais resoluta para uma direção antropológica, como eu já lhe disse. Enfim, há a própria definição da figura retórica: desde *Rhétorique générale*, nós a definíamos como ruptura de isotopia (mesmo se a coisa não estivesse tão desenvolvida como eu faria em seguida em meu *Précis de sémiotique*, Manual de semiótica). Logo, isso supõe uma perspectiva textualista; a descrição da dinâmica de produção e de recepção da figura já introduzia uma perspectiva pragmática ao projeto.

O que quero mostrar aqui é que o principal ponto de ruptura estava ali, e continua a ser importante hoje. Ele opõe concepções que eu chamaria de “autonomistas” e interacionistas.

O autonomismo foi sem dúvida a atitude que dominou a tradição semiótica europeia a partir da corrente estruturalista. Ele repousa na reificação do que costumava ser um princípio metodológico: o de imanência, a que fiz alusão várias vezes. No momento do qual falo, esse princípio era recomendado por pelo menos três razões: ele permite proteger a teoria contra qualquer querela metafísica ou qualquer preconceito ontológico; reforça a coerência da referida teoria (e a coerência é um dos critérios de validade de uma teoria); finalmente, torna eficaz a descrição do objeto, circunscrevendo-o em conformidade com o princípio cartesiano, os problemas são mais bem conduzidos se divididos. E, de fato, essa linha de conduta permitiu à linguística em pleno desenvolvimento e à semiótica nascente fazerem progressos espetaculares bem conhecidos. Mas trata-se aí de um princípio – ao qual aderimos na época –, e não de um dogma. Antes de mais nada, será possível observar que sua aplicação pode por vezes revelar-se epistemologicamente custosa (estou pensando aqui na definição de “ironia” de Ducrot, que, ao excluir os locutores se torna muito complexa e pouco econômica, ou à definição de “figura” que demos em *Rhétorique générale*), e o princípio de imanência pode ser, portanto, contraproducente. Em seguida, o ato de delimitação de um campo do saber não deve ser hipostasiado (o que é “extralinguístico” na descrição da língua depende de uma simples decisão, e não de uma essência misteriosa); a coerência não é o único critério de validade de uma teoria: sua adequação também é; por fim, há hoje outras técnicas – inexistentes nos anos 1960 – que permitem evitar os preconceitos ontológicos e o realismo ingênuo de outro

modo que não pela mobilização desse princípio. . .

Toda essa volta para dizer que o que foi uma escolha metodológica – ou seja, necessariamente circunstancial –, e bastante fecunda, foi por vezes reificado. Tal escolha hoje possui um peso considerável sobre a concepção que fazemos do universo do sentido. O que se pode chamar *aparelho cultural* – nos sistemas de signos e de valores – aparece também como um postulado. Hipostasiando-o e considerando que esse aparelho obedece exclusivamente a regras que lhe são próprias, produz-se um autonomismo cujas manifestações são numerosas. Eu o encontro, por exemplo, em François Rastier, que declara inutilizável o conceito de “referência”, pelo motivo de que ele seria “o produto do realismo milenar em filosofia da linguagem, que entende aprisionar os signos numa ordem do mundo”. Na melhor das hipóteses, portanto, a questão da referência não é passível de ser resolvida. Na pior, na versão extrema dessas teorias culturalistas, a remissão dos signos às coisas é apenas um efeito de sentido, e que por isso merece o nome de “ilusão referencial”. E muito logicamente, quando se trata de enunciação, elas optam também por uma “ilusão enunciativa”. O solipsismo vai, portanto, até a exclusão do sujeito, unicamente para o benefício de seus discursos. Tudo isso tem um impacto importante no destino da semiótica que por muito tempo olhou com suspeitas as pesquisas sobre a interação entre o mundo do sentido e o mundo do corpo ou o mundo da matéria.

Mas como eu já lhe disse, as linhas estão mudando na atualidade, e esse autonomismo vem sendo abandonado cada vez mais abertamente. Deste ponto de vista, quero destacar o impacto da ação de Jacques Fontanille, que, para mim, foi determinante na transição feita nos últimos dez anos pelos herdeiros do estruturalismo francês. Essa corrente, que, por conseguinte, se designa como “pós-greimasiana”, orientou-se efetivamente para as “formas de vida”, as sensorialidades, as paixões, o mundo da enunciação, rompendo, assim – mas não totalmente –, com o autonomismo textualista que reinava até então na semiótica geral parisiense. Eu disse “não totalmente” porque, se por um lado o discurso semiótico recentemente reabilitou a sensorialidade, por outro, é forçoso constatar que a referida sensorialidade é aí tratada com frequência como um simples conceito filosófico ou, na melhor das hipóteses, como uma caixa preta. Logo, levar a sério a ideia de sensorialidade implica em dar-se os meios de compreender como o sentido tem sua origem nas experiências sensoriais e como é modelado por elas. E, portanto, aceitar entrar na caixa preta de modo resoluto, o que estamos fazendo em nosso trabalho atual.

Outro ponto de ruptura é o que separa os que poderiam ser chamados de generalistas e os que poderiam ser chamados de “enunciativistas”. Os que estão do

lado do sistema e os que estão do lado dos discursos. Os primeiros lembram, depois de Aristóteles, que há apenas ciência do geral; os outros observam que cada enunciado constrói seu próprio sistema gramatical. Essa distinção não deixa de ter impacto sobre a orientação dos trabalhos. Por exemplo, somos muitos a estudar a relação entre o texto e a imagem. Mas enquanto estou à procura de uma gramática geral dos enunciados logo-eidéticos, gramática que comporta suas unidades morfológicas, suas estruturas sintáticas e suas leis pragmáticas, outros – um greimasiano ou um especialista em estética. . . – estarão à procura das estratégias enunciativas conduzidas nos e pelos enunciados, e colocarão, assim, em evidência as operações de embreagem e debreagem que operam no germe desses textos. Mas estou falando aqui de ponto de partilha, e não de ponto de ruptura. Sem ser de um ecumenismo beato, eu diria que há aí uma divisão de tarefas e não uma oposição, pois é óbvio para mim que os dois procedimentos são complementares, e que um não pode continuar sem o outro.

As reorientações recentes que o senhor descreve recolocam a questão do conhecimento no centro dos interesses. Quais são as relações entre a semiótica e as ciências cognitivas?

Você colocou bem a questão: obviamente não se trata de um acaso o fato de o novo paradigma semiótico em vias de elaboração ser contemporâneo ao desenvolvimento das ciências cognitivas (as quais desempenham hoje o papel de ciências piloto que era da linguística nos anos 1960). É certo que a preocupação cognitiva irriga de maneira expressiva os trabalhos mais contemporâneos, até aqueles que emanam de pesquisadores que recusam explicitamente o aporte das ciências cognitivas. Afinal, pouco importa a utilização ou não desse adjetivo, que se tornou um *schibboleth*¹ (um pouco o que “estrutural” era antes). Vê-se por aí que a questão da relação entre o sentido e o mundo está sendo colocada e que o autonomismo está sendo atacado. E isso em trabalhos bem diferentes entre si, fundamentados em aparelhos conceituais bem distintos, servindo a objetivos diversos. Olhemos ao nosso redor: a semiótica geral abriu-se ao corpo e à sensorialidade; o desenvolvimento da semiótica visual não foi possível sem uma melhor compreensão dos mecanismos da visão; a semiologia do espetáculo orientou-se para “o espetáculo vivo”, conjunto das práticas em que o corpo investe o espaço e em que o tempo intervém; as semióticas do saber encarregam-se dos fenômenos de

¹ N. T.: uma palavra ou pronúncia que distingue pessoas de um grupo ou classe de pessoas de outro grupo ou outra classe.

transdução sensorial; e não há teorias mais realistas que as morfodinâmicas, que são talvez as que têm o vento mais a seu favor na atualidade. . .

Tudo isso não significa que a paz reina entre os semióticos e os cognitivistas duros (em cuja primeira fila ficam os especialistas em neurociências) ? longe disso! Aparentemente, seria até mesmo melhor falar de paz armada. Os avanços das ciências cognitivas atraíram críticas – das quais os semióticos não têm o monopólio, pois são também as de toda uma parte do corpo social –, críticas que eu distribuiria rapidamente em três categorias.

Há, primeiramente, o reducionismo: as neurociências subestimariam a complexidade dos fenômenos e, por conseguinte, a enorme diferença de escala entre a disciplina deles e fenômenos que dizem respeito até aqui a outros campos científicos, como a psicologia, a antropologia. . . Em segundo lugar, as críticas que são metodológicas. O uso das imagens médicas como ferramenta de interpretação do comportamento humano pode suscitar ceticismo, pois pode levar a confundir a causa e o efeito (o estímulo de um órgão podendo ser o resultado fisiológico de uma decisão, e não sua causa). Ter-se-ia, assim, um raciocínio circular, que, aliás, alguns atribuem ao pensamento darwinista: dizer que uma estrutura ou uma propriedade apresenta uma vantagem reprodutiva ou adaptativa é definir uma vantagem pelo fato de ela ser vantajosa (e encontrar uma vez mais a *virtus dormitiva*. . .). Em terceiro lugar, as que são ideológicas. Para alguns, situar a fonte dos comportamentos simbólicos nas estruturas do organismo vivo e particularmente no genoma é manter, no interior do indivíduo, a fonte de suas determinações e negar qualquer interação com o que lhe é externo, e em particular as interações sociais. Assim, as neurociências estariam essencialmente em sintonia com o individualismo neoliberal. . .

Eu presto atenção a essas críticas, e é preciso levá-las em conta. Melhor, como semiótico, eu as resumiria numa só crítica maior. E essa crítica levaria um nome que já utilizei: o do autonomismo.

Dizer que o genoma por si só é um fator determinante é assumir que ele constitui um sistema que funciona de maneira autônoma, produzindo seus efeitos independentemente de qualquer determinação externa a ele. E é, portanto, optar por outro tipo de imanentismo. Dentre aqueles que estudam o sistema nervoso, foi sem dúvida Francisco Varela que exprimiu esse autonomismo da maneira mais radical, excluindo qualquer interação entre as estruturas do sistema descrito e o que lhe é exterior. Para ele, esse sistema é inteiramente fechado sobre si mesmo: ele “não tem nem entrada nem saída; e nenhuma característica intrínseca de sua organização permite distinguir, pela dinâmica de suas mudanças de estado, a origem interna ou externa

dessas mudanças” (1989: 150)².

Eu acho que é possível rejeitar a autoridade desse autonomismo, apelando ao da semiótica idealista, e não dar razão a nenhuma das partes. Mas isso não me parece inevitável na evolução das ciências cognitivas; estas mostram, pelo contrário, que uma teoria da interação entre o organismo e o meio é possível, e que os desvios na naturalização das ciências humanas procedem não do próprio princípio de naturalização, mas do autonomismo que rege algumas de suas formulações.

E é exatamente a uma teoria como essa que nos atrelamos, em nosso trabalho atual, que visa a dar conta dos processos de semiogênese. A nosso ver, não se trata mais de perguntar como descrever o sentido, mas de se colocar a questão leibniziana de “por que há sentido em vez de nada?”. . . Resposta em nossas próximas publicações!

Mas o que quero dizer a partir de agora é que sem dúvida a semiótica deve continuar a explorar o caminho do interacionismo. E ela deveria, na minha opinião, fazê-lo num diálogo leal com as ciências cognitivas, até mesmo com as mais duras. Há realmente muito a ganhar, em ambas as partes. De um lado, a semiótica perderia um pouco de seu caráter puramente especulativo, que ainda permanece nela como uma característica dominante, e que a condena às vezes a não ter critérios de controle; de outro, essa semiótica poderia desempenhar, junto aos cognitivistas, um papel de salvaguarda contra os desvios. A pior coisa que poderia acontecer é a ignorância mútua, ou o desdém.

Afinal, nós, semióticos, devemos de fato entender que o que os cognitivistas fazem e farão é semiótica! De fato, o que fazem eles senão se debruçarem, com novos expedientes, sobre fenômenos que são o capital de nossa disciplina? Hoje o pensamento, o cálculo, a consciência, a emoção, a paixão, a empatia; amanhã a arte ou o sagrado. . . Todas as coisas que até aqui não eram apreendidas senão pela introspecção podem daqui por diante ser relacionadas a uma atividade anátomo-fisiológica observável. Sim, os cognitivistas fazem semiótica. Então, vamos deixá-los sozinhos, com todos os riscos de abandoná-los à deriva que aponte, ou vamos dialogar com eles? Se, como receio, a comunidade semiótica optar em sua grande maioria (eu digo “em sua grande maioria” porque aqui e ali o contato já está bem estabelecido, nos países nórdicos, por exemplo) pela primeira solução, é preciso pensar que tal semiótica, dispondo de muitos outros meios, será a dominante. Mas os semióticos nem se darão conta disso, como também não percebem os passos gigantes dados hoje sobre a compreensão do sentido! Pois essa semiótica não levará nem mesmo esse nome. E as disciplinas que continuarão a levar esse nome não serão nada mais que uma espécie de bibelô caduco de inatividade sonora, como diria Mallarmé. . .

² Varela, Francisco. *Autonomie et connaissance: essai sur le vivant*. Paris: Seuil, 1989.

Qual é hoje e qual poderia ser o lugar da semiótica no seio das ciências humanas?

É uma questão crucial para a epistemologia e para a sanidade da semiótica. E suas perguntas precedentes me levaram a tocar nesse assunto mais de uma vez.

Eu diria aqui, para ser breve, que a semiótica mantém hoje com as outras ciências humanas uma relação que oscila entre o solipsismo e a diluição.

A semiótica vive uma espécie de paradoxo: segundo a proposta de Morris, uma de suas funções reivindicadas (ou uma de suas pretensões) é fazer as ciências dialogarem entre si (e, se você quiser, é uma ideia à qual eu gostaria de voltar em algum momento de nossa conversa). Se ela pensa constituir a interface comum de todas elas é porque todas compartilham uma característica: a significação (o antropólogo dá sentido a condutas e ritos do mesmo modo que o usuário da linguagem o faz com os sons e qualquer um de nós com os gestos de outrem. . .). A semiótica atribui a si mesma esta missão: explorar o que é para os outros um postulado. Tarefa bem circunscrita e, portanto, razoável; ambiciosa também, pois, ao cumpri-la, ela se transforma em metateoria.

Mas acontece que esse preposto ao diálogo recusa, ele mesmo, dialogar: onde se veem semioticistas dialogarem com sociólogos, neurologistas, juristas? É claro que esse contato existe, às vezes, mas sobretudo em casos isolados, que só raramente questionam a compatibilidade de suas posições, e não dos setores disciplinares. E é aqui que jaz o paradoxo; a semiótica se contenta em aplicar seus conceitos a um campo de análise. Ela o faz, certamente, trazendo uma medida de rigor que deveria ser o ideal de todo cientista. Mas ela o faz sem nunca se preocupar em falar com os outros pesquisadores que exploram esse mesmo campo. Por conseguinte, seus trabalhos, quando tratam do cinema ou da comunicação social (que eu tomo aqui como exemplo), permanecem às vezes como letra morta para os especialistas desses domínios se, por algum acaso, eles chegarem ao seu conhecimento. E se escutarmos esses especialistas, sempre ouviremos críticas serem formuladas discretamente ao que é caro à semiótica. No pior dos casos, fala-se de bizantismo formalista; no melhor, de um desvelamento de meios consideráveis para obter resultados que seriam obtidos nessas disciplinas por caminhos menos tortuosos e mais econômicos. . . Nessa hipótese, a semiótica aparece, assim, como uma solidão ao extremo, e é por isso que eu falava de solipsismo.

O outro tipo de relações com as ciências humanas leva à diluição, como eu dizia: não se vê mais muito bem onde estão as fronteiras que separam ou deviam separar a semiótica das outras ciências hu-

manas. É possível perceber a medida dessa diluição principalmente em grandes congressos internacionais. Participar dessas reuniões, e ali ficar assistindo a comunicações que sucedem comunicações (ou, antes disso, avaliar os trabalhos submetidos. . .), suscita às vezes em mim muitas perguntas, quando não consternação ou vertigem, de tanto que os limites entre o semiótico e o que o rodeia me parecem tênues.

Hoje, essa diluição parece acontecer principalmente em proveito de dois conjuntos de disciplinas próximas. De um lado, a especulação estética, de outro, os “*cultural studies*”, cujos métodos são bem vagos. . . A estética é certamente uma das fontes históricas da semiótica europeia – eu já tinha notado que a semiótica visual era, no início, apenas uma crítica de arte mascarada –; mas ela ainda está bem presente em nossas revistas, e até inspira algumas tendências bem contemporâneas (como a semiótica tensiva, que retoma muitas das intuições da estética).

Estamos, portanto, diante de um dilema: de um lado, métodos firmes, mas uma rentabilidade social global fraca, e, de outro, a ambição de uma rentabilidade como essa, paga pela inconsistência metodológica e o parlatório. Ou a crispação sobre uma doutrina descritiva (com seus postulados, seus conceitos, sua terminologia), correndo o risco do integrismo que desemboca na excomunhão (nos mesmos congressos, quantas vezes não ouvi o comentário negativo “isso não é semiótica”, que deveria ser entendido como “isso não é a minha semiótica”), ou um ecumenismo do qual não há muito para aproveitar e no qual “semiótica” não é mais que uma simples palavra. . .

Pode-se sair desse dilema? Isto me leva à segunda parte de sua pergunta, que é mais prospectiva. . .

. . . Sim: amanhã, qual poderia ser o lugar da semiótica nas ciências humanas, eu tinha perguntado. . .

Dentre as maneiras de encontrar a pista que leva ao ponto culminante, eu defenderia uma retomada do diálogo da semiótica com a linguística.

Sabe-se que esta foi uma das inspiradoras daquela (ao lado da estética, como eu disse), mas os laços se desfizeram, e não sem motivo. Uma boa parte da semiótica nascente foi de fato subordinada a uma concepção glossocentrista: grosso modo, foi a tese que consistia em dizer que o sentido reside no que se pode dizer verbalmente, o que acaba por subordinar todo o semiótico ao linguístico, até mesmo a absorvê-lo (“só há sentido nomeado”, dizia Barthes; entendamos “nomeado linguisticamente”). De outro lado, houve – corolário dessa perspectiva – o imperialismo dos métodos linguísticos: em semiótica visual, por exemplo, termos como “semas”, “sintaxe”, “metáfora” foram por muito tempo apenas aproximações demasiado côm-

das. Compreende-se imediatamente que, chegado a um momento histórico em que a mensagem visual não podia mais ser considerada como uma “mensagem sem código”, segundo a proposição de Barthes, e em que a semiótica tinha desenvolvido seus próprios métodos, nós pudemos rejeitar tanto o glossocentrismo quanto a aplicação artificial do linguístico.

Mas ainda é possível se perguntar se, como consequência, não acabamos jogando fora o bebê junto com a água do banho!

Pois, aparentemente, o contato da semiótica com a linguística só se dá hoje por alto: no nível das concepções epistemológicas mais gerais (o que é descrever um sistema? Em quais condições essa descrição pode ser pertinente?). Mas o confronto com as técnicas que servem para descrever o que é de todo modo o sistema de significação e comunicação mais conhecido e mais estudado não acontece mais. Ainda mais que a proporção de semioticistas formados em linguística parece, a meu ver, estar diminuindo no mundo. E eu lamento isso. Não é o caso de voltar à aplicação artificial, mas de fazer comparações fecundas. Essa comparação aumentaria a acuidade do olhar e estimularia a imaginação, o que permitiria finalmente responder a questões como “será que é útil falar de sintaxe visual e, se for, como seria possível elaborar isso de um modo útil, fazendo justiça às especificidades do sentido visual?” Eu acabei de participar de um colóquio interessante sobre o tema “A imagem pode negar?” Um colóquio cujas comunicações se perdiam, indo para todos os lados. Teria sido possível ganhar tempo e coesão se se tivesse lembrado previamente o que é uma negação em língua – o que fiz, tardiamente, em minhas considerações finais no encontro –, o que teria permitido constatar que a dimensão lógica e discursiva da negação não podia ser pertinente aqui. . .

O retorno ao confronto com a linguística me parece hoje muito desejável, por duas razões.

A primeira é que a própria linguística evoluiu muito desde a época do glossocentrismo e hoje está madura para esse confronto. Seria possível dizer, simplificando graficamente, que, para responder às novas questões que lhe foram colocadas, ela teve de ampliar sua jurisdição nas três dimensões. No comprimento, deixou de parar na frase, visando agora não somente as relações fóricas, mas também as narrativas, os discursos. Uma tese semiótica forte e totalizante viu assim a luz do dia entre os gramáticos: seriam as mesmas estruturas que agiriam em todos os níveis de elaboração da linguagem, da morfologia aos enunciados mais longos e mais complexos. Na altura, a linguística desfez outro postulado: o da linearidade da linguagem. O estudo dos fenômenos semânticos fez então perceber que o sentido é movido por uma dinâmica superposicional, de que dão conta, por exemplo, o conceito de polifonia ou de figura, retomado sob uma nova roupagem

pela retórica contemporânea. Em profundidade, é a ampliação na direção do que não é a língua: o mundo – esse mundo onde estão os parceiros languageiros e as coisas. De um lado, a consideração dos parceiros da comunicação, em sua interação, desembocou nos desenvolvimentos tanto da pragmática quanto da sociolinguística. De outro, levar a sério a ideia de que a linguagem elabora o mundo e age sobre ele tira, a partir daí, a pertinência de separar a semântica da enciclopédia, ou seja, da representação do mundo que a determina.

A segunda razão é que essas ampliações foram consentidas pela linguística porque ela conservou as exigências metodológicas que foram suas desde o início do século XX; sua visibilidade institucional criou as controvérsias, que fizeram evoluir os consensos, e obrigando-a a se apresentar, por conseguinte, como uma ciência cumulativa, conforme o modelo popperiano, em que se fazem aquisições e em que se eliminam hipóteses fracas. Ora, evidentemente, a semiótica ainda não chegou aí. . . Portanto, o diálogo com a linguística teria de algum modo uma virtude formadora.

Sim, me parece que, dentre as ciências humanas, a linguística pode de novo ser uma companheira de estrada para a semiótica. . .

Mas para terminar esse ponto do lugar da semiótica nas ciências humanas, eu queria insistir sobre o seguinte: que a questão dessa relação não pode ser pensada num contexto fechado. O contexto aparentemente claro das “ciências humanas” está, de fato, longe de ser tão estável quanto se costuma imaginar; como já sublinhei, fenômenos que antes pertenciam apenas ao domínio das ciências humanas hoje dizem respeito às ciências naturais. Parece-me que é preciso sair do dualismo no qual o senso comum (ou a polémica) tende a nos colocar, entre “ciências naturais” e “ciências humanas”, pois claramente é preciso partir dessa oposição e, portanto, considerá-la como evidente para em seguida inquietar-se com a “naturalização das ciências humanas” e, ao contestar o que se apresenta como uma deriva, opor-lhe uma “culturalização das ciências naturais”. Minha tese é, ao contrário – você deve ter percebido isso quando lhe falei do impacto das ciências cognitivas sobre a semiótica – que essa oposição é falsamente estruturante e que há um *continuum* entre ciências da natureza e ciências da cultura. Mas isso é outra história. . .

Na sua opinião, qual é a originalidade mais importante em sua obra?

Nossa! É delicado julgar a qualidade do próprio trabalho! Primeiramente, a gente pode ser rapidamente acusado de falta de modéstia. . . Mas, sobretudo, acontece de as originalidades que dizem ser suas não estarem

lá onde você pensava que estavam. O inverso também se verifica. Pode acontecer de as contribuições que você mesmo achava serem as mais decisivas no momento em que as propôs não serem apreciadas pela comunidade científica.

Em geral, tudo isso é verdade. Mas, no meu caso, ainda acrescentam-se duas dificuldades suplementares. Da primeira já falei: às vezes era difícil para mim separar o trabalho coletivo e do meu próprio. A segunda dificuldade se refere ao fato de, (sem dúvida, perverso polimorfo) só eu ter investido na semiótica, e de haver aí também algo a se avaliar. Atribuem a mim os conceitos que permitiram descrever o sistema das literaturas francófonas ou de ter formulado uma concepção forte das políticas linguísticas e de ter participado de sua aplicação prática. . . Logicamente, imagino que sua pergunta não tem a ver com isso, mas o limite entre o semiótico e o não semiótico é difícil de estabelecer, como acabamos de ver, e é certo que há nesses domínios mais de uma tangência com a semiótica.

Então vamos lá, vamos nos arriscar. . .

Primeiramente, para permanecer no contexto do *Groupe μ* e para voltar às suas origens, o trabalho retórico coletivo forneceu um modelo explicativo poderoso das figuras que pôde tomar a forma da tabela de Mendeleev, em que, na ordenada, encontram-se as operações lógicas atuantes na transformação que a figura é, e, na abscissa, os objetos linguageiros aos quais essa operação está ligada. A exploração pedagógica de uma tabela como essa foi bastante tranquila. Foi sem dúvida essa facilidade, tanto quanto a potência da matriz, que fez acreditar que o *Groupe* pensava a figura apenas em termos de unidades atômicas (como fez Paul Ricoeur em *La Métaphore Vive - A Metáfora Viva*).

Parece-me, entretanto, que demos a esse trabalho uma dimensão pragmática, como já disse, mas também uma dimensão cognitivista. De fato, o trabalho com as figuras - e em especial as que afetam o plano do conteúdo, ou tropos - supunha um bom conhecimento das estruturas elementares da significação. Essa necessidade levou à distinção entre articulações de unidades segundo o modo Σ e as que agem sobre o modo Π . As organizações Σ são conhecidas: são aquelas que categorizam a experiência segundo o gênero e a espécie, representadas pela árvore de Porfírio. Mas são conhecidas, sobretudo, porque uma semântica linguística ainda muito próxima dos contextos da lógica aristotélica as tinha privilegiado em detrimento das relações Π , que operam do todo à parte e da parte ao todo. Essas relações semânticas, de outra natureza, estudadas por cognitivistas como Palmer, acabarão por ser objeto de uma disciplina plena: a mereologia. E, sobretudo a consideração dessas relações se revelará crucial, em seguida, para o estabelecimento

de uma semiótica visual. Essa mereologia (em cujo contexto um trabalho sobre a gíria, datando de 1970, mostrou todo o seu potencial) é, na minha opinião, um belo exemplo de contribuição importante, mas que foi pouco notado na época, mesmo que a oposição entre Π e Σ nos tenha permitido colocar em evidência o estatuto quase atômico da sinédoque, o que havia *in illo tempore* impressionado muito Todorov. . .

Por outro lado, uma concepção pragmática do fenômeno discursivo que é a figura aponta para a importância do fenômeno da mediação, de que já falei. Questionando as oposições que estruturam o sentido e fundam, portanto, as enciclopédias, todas as mediações têm como efeito reorganizar essas enciclopédias. O conceito permite, portanto, dotar os semioticistas de um componente dinâmico e evolutivo. Aí está uma terceira colaboração, que um colóquio em Urbino colocou em evidência.

Da parte da semiótica visual, uma conquista do *Traçado do signo visual* (do qual Göran Sonesson chegou a dizer ser para a comunicação visual o que o *Curso de linguística geral* de Saussure foi para a linguística) foi ter distinguido os signos plásticos dos signos icônicos (para o estudo dos quais a estrutura Π foi de muita serventia. . .). Já fiz uma breve alusão a isso. Essa distinção é hoje unanimemente aceita, mesmo que se apresente sob roupagens terminológicas bastante variadas. Ela permitiu pensar o signo plástico em sua autonomia (e não mais como o servo do signo icônico). O signo plástico, que na taxinomia peirciana pode tanto exercer o papel de um símbolo quanto o de um índice, apresenta três parâmetros: a forma, a textura e o cromatismo, cada um deles possuindo suas modalidades próprias de articulação, de relações sintáticas e de semantização. E, de contribuição em contribuição, colocamos bastante em evidência o papel da textura, que era meio que a mal amada das características dos enunciados plásticos. Assim se esclarecia de forma simples o que distingue a arte da simples cópia mimética do mundo, mas também como funcionam todos os outros tipos de imagem: publicitária, científica, móvel. . . Outra repercussão da distinção plástico/icônico foi o estudo de sua interação, que denominamos ícono-plástico. Essa contribuição foi julgada como maior por Hermann Parret: outro belo exemplo, mas desta vez de uma originalidade de que nós mesmos nem suspeitávamos.

Como eu disse, nossos trabalhos com os enunciados visuais nos fizeram encontrar o fenômeno da visão e, a partir daí, a questão das relações entre a experiência sensorial e a significação. Sobre isso será ainda mais difícil para mim avaliar a originalidade de nossos trabalhos. Ainda mais por não poder falar muito da obra a que estamos dando os últimos retoques!

Mas pelo menos posso, para terminar, lembrar uma contribuição em que minha parte pessoal é clara desta

vez: é a estrutura quadrática (e não mais triádica) do signo, de que fiz um resumo simples no meu *Précis de Sémiotique Générale* (1996 e 2000). Ela traz de fato uma solução para a questão espinhosa da tão mal nomeada motivação, que é sem dúvida um dos temas mais recorrentes de todos os debates semióticos desde as origens e que a teoria contemporânea do sentido devia, portanto, encontrar necessariamente em seu caminho. Essa proposta introduz o suporte, ou seja, a manifestação material do significante, na estrutura. Se tomarmos o caso do signo icônico, se perceberá que o lugar onde opera a motivação é muito circunscrito: esta se situa na relação entre o suporte e o referente. Esses dois elementos são efetivamente comensuráveis (eles têm dimensões, características cromáticas etc.) e sua relação pode ser modelizada em termos bem rigorosos. Essa modelização, chamada *transformação*, permite descrever tecnicamente os fatos de motivação. Mas a transformação não basta para definir o signo icônico (é possível, de fato, transformar qualquer coisa em qualquer outra): é preciso, portanto, mais uma condição, a manutenção da função de remissão. A transformação deve operar no âmbito dessa função; é o que nós chamamos de cotipia. Logo, essa cotipia é de natureza cultural, e é aqui que a arbitrariedade intervém. Percebe-se que se pode, então, repartir sem contradição as relações arbitrárias e as relações motivadas entre os diferentes componentes do signo. A partir daí, é possível abordar problemas teóricos que a linguística tinha deixado pendentes, como o do iconismo, ou que ela tinha resolvido muito rapidamente ao transferir sua responsabilidade para a filosofia, como o da referência. . .

Qual é atualmente a situação da semiótica na Bélgica?

Escrevi recentemente um longo artigo sobre isso. Eu poderia, portanto, remetê-lo a ele, para não atordoá-lo com dados ou nomes. Mesmo que fosse preciso citar alguns e lembrar, se quisermos nos colocar numa perspectiva histórica, que Éric Buyssens é belga. Um Buyssens em quem se pode ver um importante agente da execução testamentária de Saussure; num outro caminho que o de Hjelmslev, que desenvolveu, sobretudo, os aspectos epistemológicos da problemática, ele tentou de fato realizar o programa que consistia em descrever tecnicamente “a vida dos signos no seio da vida social”.

Sempre para contextualizar, digamos que na Bélgica a semiótica contemporânea nasceu em dois lugares institucionais distintos. De um lado, ela se desenvolveu como contribuição às disciplinas que estudavam a comunicação (tanto do lado das ciências da linguagem quanto das ciências sociais) e, de outro, no rasto dos estudos literários. Deste ponto de vista, as coisas

parecem bastante com o que se viu na França. Nos departamentos de comunicação, a semiótica exerceu, e sobretudo exerce, o papel de técnica descritiva. O que explica o fato de numerosas pessoas que recorrem a ela não estarem necessariamente vinculadas à pesquisa em semiótica geral. É também esse primeiro enraizamento institucional da disciplina que explica o fato de ela ser, na Bélgica, mais conhecida pelo termo de semiologia, mais associado aos fenômenos comunicativos, que pelo de semiótica, conotando mais a pesquisa de base. Fora das instituições devotadas à pesquisa, a “semio” é também utilizada pelos arquitetos ou pelos publicitários. . . O segundo eixo histórico de desenvolvimento é, portanto, o da poética, de que já falei muito – até demais? No rastro de Jakobson e de Barthes, numerosos foram os belgas que se vincularam a essas pesquisas. Em seu país ou fora dele. Pois os anos 1960 foram uma época de diáspora: eu posso assim lembrar que Nicolas Ruwet, uma figura de proa da linguística na França, tendo introduzido os trabalhos de Jakobson no mundo francófono, era meu conterrâneo. Pensando bem, esse investimento no literário era fatal, e é aqui que devo destacar uma especificidade belga. É uma particularidade dos estudos linguísticos na Bélgica nunca ter cortado o laço que os ligava à literatura; especificidade que eles devem ao fato de procederem historicamente da filologia feita à moda alemã. Essa poética é, portanto, como lembrei, uma das origens do trabalho do *Groupe μ* e de sua investida na retórica.

A retórica me leva a Chaïm Perelman, a quem fiz alusão. Ele concebia sua neoretórica como o estudo dos mecanismos do discurso social geral e de sua eficácia prática. Essa neoretórica pretendia ocupar o espaço deixado livre pela lógica, que se tinha formalizado a ponto de perder pouco a pouco o contato com a realidade prática, pois quando se trata de convencer, não se trata mais somente de deduzir e de calcular, mas sobretudo de argumentar (o compreender aparecia então como capital: de que valiam os argumentos racionais após o uso massivo do irracional nas propagandas totalitárias e nos genocídios que elas suscitaram?). Os campos de aplicação da neoretórica perelmaniana foram primeiramente, portanto, a propaganda política ou comercial e a controvérsia jurídica ou filosófica. A chama viria a ser reacendida por Michel Meyer, que, sem abandonar totalmente a preocupação estética, alargou a perspectiva da argumentação para as dimensões de uma teoria do questionamento – a problematologia – aplicável aos múltiplos campos da vida cotidiana.

Mas sua pergunta se referia ao estado atual da semiótica. Se falei um pouco do passado, é porque sempre acho interessante cercar o *momentum*: o instante exato em que nascem as coisas. Isso nos ensina muito sobre o futuro delas e seu presente.

Nesse presente ao qual preciso chegar, digamos que, se há, em todas as instituições, semioticistas vinculados a diversas vertentes (Hermann Parrett na *Katholieke Universiteit Leuven*, que é tanto filósofo e especialista da estética quanto semioticista, ou Nicole Everaert-Desmedt nas *Facultés Saint-Louis* de Bruxelas), a semiótica belga se concentra essencialmente em dois lugares.

Primeiro na Universidade Livre de Bruxelas (ULB), em torno de André Helbo. Provindo do meio dos estudos literários, ele se orientou progressivamente para o teatro – foi presidente da Associação Internacional para a Semiologia do Espetáculo – e fundou um Centro de Semiologia do Teatro na ULB, depois em 2009 um Laboratório de pesquisa em informação e comunicação (ReSIC), constituído de um grupo – Semiologia do espetáculo vivo (cujos responsáveis lideram um grupo de estudos do espetáculo vivo que funciona em colaboração com uma série de universidades europeias).

Em Liège, foi em torno de minha cadeira de Semiologia e Retórica que se organizaram os estudos de semiótica. E você já sabe que após análise textual veio a semiótica visual, depois a semiótica geral, com programas direcionados à discursividade científica. . . No final dos anos 1990, como eu disse, o *Groupe µ* implantou um grupo de pesquisa de semiótica livre, interdisciplinar como era o *Groupe* antes, na origem. Graças a isso o movimento continua. . . Quanto à disciplina de semiótica, ela se redistribuiu consideravelmente, graças à chegada de S. Badir (que vai mais na direção da epistemologia das ciências da linguagem), de M. G. Dondero (cujos trabalhos sobre fotografia e imagem científica já são referência) e de F. Provenzano, mais para o lado da análise discursiva. Todos participam de projetos internacionais, como os programas ANR “A heterogeneidade do visual” e “Imagens e dispositivos de visualização científica”, que agrupam equipes belgas, francesas e italianas.

Com relação às revistas, é a mesma polaridade: *De-grés*, sempre organizada por A. Helbo, permaneceu por muito tempo, com seus cento e quarenta e um números, como a única revista de semiótica na Bélgica francófona, até que chegasse *Signata - Annales des Sémiotiques*, cuja primeira publicação é bem recente: 2010.

Como se vê, não dá para se iludir: a institucionalização da semiótica continua fraca, aqui e fora daqui. Como em quase todos os lugares no mundo, a disciplina não configura na Bélgica nenhuma formação especializada, sendo praticada seja nos departamentos de línguas e letras, seja nos de comunicação ou de história e teoria da arte, mas não há – e por muito tempo não haverá, eu acho – departamento de semiótica. Além do mais – e isso é mais uma especialidade belga, como o chocolate e a cerveja –, as colaborações horizontais continuam a ser exceção. Assim, apesar de

algumas veleidades, manifestas pelos membros belgas da Association Internationale de Sémiotique (AIS-IASS) presentes no segundo e no terceiro congresso da Associação, em Viena e em Palermo (1979 e 1984), nunca houve sociedade belga de semiótica. E na sede da AIS, onde estão representados os países que têm uma tradição semiótica, houve pouco rodízio na representação belga: para substituir Nicolas Ruwet, em 1974, durante muitos anos, só houve uma dupla formada invariavelmente por H. Parret, J.-M. Klinkenberg ou A. Helbo. Por fim, não é segredo para ninguém que o caráter perene dos trabalhos se deve mais às pessoas que às estruturas. Do mesmo modo com todas as instituições confiáveis, e sobre isso Bourdieu disse coisas definitivas. . .

É possível ver relações entre essas evoluções e as mudanças de paradigma de nossa sociedade?

Claro! A linguística estrutural, bem como a neorretórica, a poética e a semiótica eram criações típicas dos *Golden Sixties*, essa década que, movida por um otimismo triunfante, acreditou no progresso contínuo. Graças ao simbólico, os homens iam dali em diante assegurar seu poder sobre as coisas e os acontecimentos! A isso se acrescenta um fator demográfico, magnificamente descrito por François Ricard em sua *Génération Lyrique: o boom* dos nascimentos no imediato pós-guerra na Europa e na América teve uma repercussão espetacular vinte anos depois. Ele devia de fato jogar no mercado dos estudos uma juventude essencialmente originária de uma pequena burguesia conduzida pelo movimento de terceirização da economia. E, realmente, as faculdades que se encheram de alunos foram aquelas que pareciam oferecer aos novos representantes da classe em ascensão uma formação que lhes conferia uma legitimidade em conformidade com o clima da época: a que se conquista com o verbo. Acabou sendo possível, dessa forma, ter fé na linguística, assim como na sociologia e no programa cultural. Essa linguística, com sua hipóstase conquistadora, que era o estruturalismo e suas variantes tecnológicas como a gramática gerativa, viria a dar a última palavra sobre todas as linguagens e sobre a especificidade de todas as classes de discurso. . .

Tudo isso não podia acontecer sem que aparecesse um pensamento de transversalidade e, portanto, sem que as fronteiras disciplinares tradicionais fossem questionadas. Vê-se, assim, que as novas metodologias instauradas em sociologia ou em linguística convergiam de maneira especular: todas colocavam em relevo a mediação que o simbólico opera entre as infraestruturas sociais e as superestruturas antropológicas, intelectuais e culturais. Esse pensamento da transversalidade tornava indispensável, a partir de

então, uma disciplina que se definisse justo por esse aspecto: era a semiótica.

Por outro lado, essa semiótica se considerava uma contradisciplina. Entende-se a partir daí que tenham sido grupos jovens (como os laboratórios de comunicação ou de estética), que se ocuparam de objetos sociais em plena mutação, que se abriram para ela. Tais grupos não ofereciam aos que se vinculavam a eles uma via nobre de acesso a uma profissão precisa. Portanto, talvez também esteja aí a fonte de certa fragilidade da semiótica que, como já destaquei, tem dificuldade para se institucionalizar de maneira poderosa, onde quer que se encontre.

Em quê a semiótica pode ajudar a humanidade? E qual é o papel do semioticista na sociedade contemporânea?

Sim, para quê nós servimos? É uma pergunta capital, e lamento que não seja feita o bastante em nosso universo. Então agradeço por você tê-la feito.

Em todo caso, eu me dispus, ao fim de cada ano em que dei aula de semiótica geral, a respondê-la diante de meus alunos. . . mesmo que, e principalmente se, eles não a tivessem feito.

E minha resposta era mais ou menos a seguinte: "Graças a algumas ferramentas, que vocês estão dominando no final deste curso, vocês estão preparados para entrar nos bastidores do sentido, preparados para ver como são feitos os artigos de jornal que vocês leem e as obras de arte que vocês apreciam, preparados para decifrar os noticiários televisivos que são o seu cotidiano. Até os objetos mais banais e mais simples, vocês agora vão olhar de outro jeito, que não será mais o habitual. Logo, esse conhecimento que vocês têm, amanhã poderão colocar à disposição de qualquer causa. Poderão criar as propagandas mais nojentas, escrever os artigos mais abjetos: vocês terão consciência dos mecanismos que vocês usaram para atingir esse nível de abjeção. Mas também poderão desconstruir assim, em benefício de outros, esses mecanismos alienadores e fazê-los ver as lógicas profundas subentendidas. Construir ou desconstruir, pouco importa: vocês serão livres para escolher. Mas nunca mais vocês serão totalmente virgens face ao sentido das coisas". Ajudar a ir além do óbvio e do bom senso, expondo os fenômenos conhecidos à luz crua de uma luminosidade nova, colocando-os meio à distância, aí está uma das maiores contribuições sociais da semiótica.

Resumindo, essa disciplina que se atribui a missão de estudar a significação, onde quer que se manifeste, de descrever seus modos de funcionamento e, por fim, a relação que ela mantém com o conhecimento e com a ação, deve, ou deveria, ser uma escola de senso crítico

e de liberdade. Ela deve, deveria, continuar a ser a resposta para a demanda de liberdade que foi em sua origem.

Realmente, descrever um objeto é necessariamente cavar uma dupla distância: entre o objeto e o observador, mas também entre o objeto bruto e a imagem que dele será dada. E essa distância sempre é obtida graças a técnicas que consistem em transformar uma coisa em outra que não é ela (por exemplo, um objeto em seu comentário). Logo, essa distância, que está na base de todo saber, define um dos conceitos que se encontra no coração da semiótica: o signo (já que o signo é uma coisa que remete a outra, e que não é ela). Considerar o objeto como um enunciado que produz sentido (fazer perceber como, a partir de simples dados materiais que em si nada significam, um efeito ou um pensamento se elabora) é, portanto, instituí-lo como signo.

E cá estamos nós de novo no senso crítico. Esforçar-se para ver, para saber que se vê, e para compreender como se vê é dotar-se de uma ferramenta utilizável em muitas circunstâncias. E isso é outro aspecto da utilidade social da semiótica: as disposições do espírito que a transportabilidade de seus métodos produz (mas se poderia sem dúvida dizer o mesmo da sociologia e da antropologia). Seria de se espantar que aquele ou aquela que aprendeu a olhar uma imagem ou um texto e a dar conta dos mecanismos que regem seu funcionamento como imagem ou como texto não possa também olhar uma situação política e dar conta dos mecanismos que regem seu funcionamento como situação política (e vice-versa). E a coisa é evidentemente transportável a um bom filme ou à gestão de uma PME (Pequena ou Média Empresa). . . A semiótica é, portanto, um instrumento de luta contra a miopia ou o provincianismo metodológico, um modo de federalizar em um mesmo contexto conceitual práticas humanas habitualmente mantidas em separado – das regras culinárias às de etiqueta, do gestual cotidiano à gestão do espaço na arquitetura, da religião ao vestuário – que apresenta um interesse ético pouco negligenciável; uma prática como essa só pode ajudar o cidadão a fazer uma leitura crítica, e portanto libertadora, do universo no qual ele se move.

Por várias vezes me dei conta que eu mesmo era o primeiro beneficiário dessa abertura. Não digo que, se hoje acho que entendo alguma coisa no jornal que leio quando ele me fala da crise do *subprime* ou do preço das matérias primas, é graças à semiótica! Não, ela não dispensa o fazer de um pouco de economia política. . . Mas acho que ela refinou minha capacidade de transposição e contribuiu para reforçar em mim a consciência do cidadão que desejo ser. Eu lhe disse que me confiaram responsabilidades na concepção da política linguística de meu país. Pois então constato, quando preciso discutir com aqueles que decidem, que

percebo sempre melhor que eles o alcance dos fenômenos simbólicos, que, entretanto, eles administram.

Em sua opinião, o que falta no universo semiótico atualmente?

Muitas coisas, se ela quiser ser fiel aos programas de que acabamos de falar. Mas vou me limitar a duas dessas coisas.

A primeira é o senso do diálogo.

É por lhe dizer isso que tenho de me explicar melhor sobre os termos de provincianismo metodológico que utilizei duas vezes. Destaquei, como você se lembra, que a semiótica contemporânea oferecia um espetáculo paradoxal. Ainda que não parem de dizer que uma das vocações dessa disciplina é fazer com que as ciências dialoguem entre si, constatam-se duas coisas. De um lado, que esse diálogo interdisciplinar é ainda relativamente pouco frequente, como já observei. De outro, que mesmo entre escolas semióticas, raramente há confrontos, empréstimos, avaliações, sínteses, o que faz com que a semiótica ainda esteja longe de ser uma ciência somativa. . . O que se vê com maior frequência são aplicações ortodoxas de baterias de conceitos ou de esquemas metodológicos que caracterizam uma escola; claro que essa bateria de conceitos pode evoluir, mas a partir dela mesma mais que pela força da dialética e do encontro. Essa atitude é corrente em muitos peircianos, assim como nos países latinos. A relativa endogamia – que é de todo modo preferível a certo integrismo que dominava os anos 1970 e que às vezes gerou arrogância – me leva a colocar novamente a questão que eu colocava: qual é o objetivo desta ou daquela pesquisa? Se for o de compreender melhor as imagens visuais, não seria legítimo dialogar com os especialistas da visão? Se for o de compreender melhor como o sentido é elaborado, então não seria útil ir refletir, por exemplo, junto às ciências que fizeram progressos fulgurantes nesse domínio, e que, como disse, fazem semiótica, não importa o que digamos, sem precisar de nossa permissão?

Mas me parece que do lado do diálogo há um burburinho. Percebe-se que a semiótica começa a engajar-se num diálogo adulto com outras disciplinas. A sociologia, por exemplo (e vê-se, aliás, um Jacques Fontanille esforçar-se para dar em termos semióticos uma definição rigorosa de conceitos centrais em Pierre Bourdieu, como o senso prático e o *habitus*), com a ética, como mostrou o dossiê que Maria Giulia Dondero montou para a revista *Protée* (2008). Com a história das ideias, claro. Mas também com as ciências da vida. De um lado, vê-se certo número de semioticistas de formação peirciana, principalmente aqueles que trabalham nos países nórdicos, unir-se com as ciências cognitivas experimentais. De outro, já disse que se via o estruturalismo francês voltar-se para as “formas de vida” e as

sensorialidades (nos limites que aponte). Mas o diálogo entre orientações semióticas ainda é amplamente ausente. . .

A segunda coisa que falta à disciplina é uma reflexão sobre si mesma enquanto disciplina. Não a respeito de sua epistemologia – sobre isso, tem de sobra –, mas antes acerca de seu lugar no concerto das ciências humanas (ponto que já abordamos) e na sociedade (e aí é um pouco o que visava a sua pergunta anterior sobre a responsabilidade do semioticista no mundo e sua contribuição para a humanidade). É significativo que nenhuma contribuição histórica sobre a semiótica considere esse aspecto das coisas e que a reflexão epistemológica sobre isso eluda de maneira sistemática a questão com suas próprias determinações sociais. Uma sólida reflexão sociológica seria, portanto, assim bem-vinda. E eu propus, aliás, esse tema à *Signata* para seu terceiro número temático.

Eu sonho de fato com estudos em que seriam encontradas respostas para as seguintes perguntas: quem faz semiótica? Em qual contexto institucional? Em qual estrutura intelectual e com quais colegas (filósofos? Designers?)? Há correlações entre, por exemplo, essas afiliações metodológicas e a divisão geográfica? E que impacto têm essas correlações? Qual é a origem intelectual e a formação de base desses agentes? Que caminho os levou dessa formação para a semiótica? E por que optaram por essa semiótica em sua trajetória? E quais os objetivos a atingir com essa opção (intelectuais? Institucionais? Impor certa modernidade onde, por exemplo, reina a estilística clássica? Dispor de uma ferramenta para resolver problemas técnico-práticos. . .)? Quais as estratégias pessoais – ou coletivas – a assumir (ocupar um lugar que se define por uma lacuna? Ou um lugar que é uma encruzilhada?)? Que poder a semiótica tem ou dá? A quem e sobre o quê ou ao quê? Como o poder se reparte no campo global da semiótica? As linhas de separação são realmente intelectuais e metodológicas ou são de outra natureza? E qual melhoria pode ser estabelecida entre as linhas de separação não intelectuais, permanecendo implícitas, e as estratificações intelectuais reivindicadas? Que papel exercem realmente os veículos (associações, revistas, institutos, escolas, programas), além de seus objetivos declarados? Que impacto real eles têm na pesquisa e no ensino? Nas carreiras? Que alianças a semiótica pode fazer e com quais disciplinas? E com quais tendências nessas disciplinas? E com quem nessas tendências? Para quê? Com qual benefício? E de que forma se dá a coerência entre os discursos explícitos e as práticas reais?

Pode-se, assim, perguntar-se sobre as profissões da semiótica: quais aplicações ela tem, com quais consequências práticas? Em quais domínios (design, urbanismo, produção artística, gestão artística, publicidade, mídia, comunicação, privada ou pública,

sem falar de *mechandising*, *packaging*, *branding*, *co-branding*, *facing* e, evidentemente, muito outros. . .)? Convocar a semiótica nessas práticas (quem faz isso? Em qual proporção?) lhes traz uma mudança significativa? Se sim, qual? Se não, então, com qual finalidade e em vista de qual benefício reivindicá-la? E a reflexão pode chegar até à do papel ético e cidadão que a semiótica pode ter, o que nos leva à importante pergunta que você já fez.

Para onde vai a semiótica?

Não tenho bola de cristal para responder a essa pergunta. No máximo posso ficar a par, como você, das transições que estão acontecendo diante de nossos olhos ou dos direcionamentos que se confirmam.

Parece-me que aponte algumas dessas transições ao longo de nossa conversa. Lembro ainda o interesse cada vez mais geral pelas sensorialidades, a cognição e o social; a preocupação de diálogo que se vê em alguns. . .

Quanto às confirmações, acho que a semiótica ainda vai continuar por muito tempo uma disciplina especulativa, e que seu vínculo institucional continuará frágil no seio das ciências humanas.

Que conselho você pode dar aos jovens semioticistas ou àqueles que poderiam se interessar pela semiótica?

São os mesmos conselhos que se pode e se deve dar a qualquer jovem intelectual: “São vocês os guardiões do espírito crítico e da abertura. Se não são vocês a assumir essa tarefa, quem o fará? Então, mantenham sempre sua liberdade, sua lucidez e seu espírito de abertura em todos os seus procedimentos científicos”.

E esses conselhos têm vocação para se transformar em desejo: “que essa lucidez e essa curiosidade os façam felizes!”

Para terminar, o que você gostaria de acrescentar?

Talvez eu pudesse voltar por um breve instante à pergunta do lugar da semiótica nas ciências humanas

e às suas relações com as ciências naturais, mas só para destacar uma de suas responsabilidades sociais para as quais você chamou atenção.

Abrindo-se resoluto e seriamente às sensorialidades, a meus olhos, não se trata de a semiótica seguir as mudanças de moda, essas variações que fizeram há pouco tempo a linguística desaparecer enquanto ciência piloto; não se trata, para o semioticista, de partir para a reconquista de um poder simbólico que se deslocou. O que está em jogo é mais importante e mais sério.

A relação entre os dois tipos de ciência sempre foi tempestuosa. Num primeiro momento, quis-se aplicar aos fenômenos humanos os modelos criados no universo das ciências naturais, no estado que era o seu no século XIX. Isso foi uma maneira de contestar o direito das ciências humanas à autonomia e ao desenvolvimento, ou ao menos uma maneira de expressar uma desconfiança sobre seu lugar. Mas, num segundo momento, na era pós-moderna, vê-se manifestar uma recusa das ciências exatas e naturais, recusa que se expressa com mais força ainda neste início de século, sob a influência do discurso desconstrutivista. E me pergunto se a condenação do cientificismo, que se ouve frequentemente proferir no campo das humanidades, não camufla de forma sutil um retorno ao antigo binarismo, aquele para quem há dois tipos de pensamento inconciliáveis, o do espírito e o do corpo, um binarismo que, definitivamente, acaba por recriar domínios isolados. Assistiríamos assim a um dualismo chocante (pois o pensamento seria um só) que produziria um divórcio real. Um divórcio inquietante, já que pode contribuir para reforçar duas das angústias que ameaçam a humanidade no seu novo milênio: a tecnocracia de um lado e, de outro, o retorno ao irracional. A primeira pode proceder de uma deriva arrogante das ciências ditas duras, a segunda pode, de certo ponto de vista, ser um subproduto do idealismo reinante nas ciências do espírito. Logo, essas duas angústias, longe de se contrabalancearem, conjugam-se hoje de maneira deletéria, por exemplo, na linguagem dos poderes (pense num termo como “boa governança”, que não repousa em nenhuma racionalidade, mas que impõe sua violência tecnocrática. . .).

Frente a esses dois perigos, a responsabilidade da semiótica não é pequena. . . ●

Dados para indexação em língua estrangeira

Klinkenberg, Jean-Marie

Entretien de Jean-Marie Klinkenberg à Amir Biglari

Estudos Semióticos, vol. 11, Dossiê Especial Groupe μ (2015)

ISSN 1980-4016

Résumé: *A l'occasion d'un entretien avec Amir Biglari - publié précédemment en français (2014) -, Jean-Marie Klinkenberg revient sur la constitution du Groupe μ , et commente son évolution et son état actuel. Klinkenberg raconte en détail l'histoire du Groupe ainsi que les modes de collaboration entre ses membres. Tout en mettant en avant les liens entre le Groupe μ et la sémiotique, il est amené, dans un horizon plus large, à aborder de nombreux points relatifs à ce domaine de recherche : les rapports entre la sémiotique et les sciences cognitives, la place de la sémiotique au sein des sciences humaines, son rôle dans les sociétés d'aujourd'hui, les manques dont elle souffre et les perspectives qui s'ouvrent devant elle, en passant par la présentation de sa situation actuelle en Belgique.*

Mots-clés: *histoire du Groupe μ , sémiotique, société, sciences cognitives, sciences humaines*

Como citar este artigo

Biglari, Amir. Entrevista de Jean-Marie Klinkenberg a Amir Biglari. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (<http://revistas.usp.br/esse>). Editoras convidadas responsáveis pelo dossiê: Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriana Zavaglia. Dossiê Especial Groupe μ , São Paulo, Dezembro de 2015, p. 1-17. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 09/08/2015

Data de sua aprovação: 29/11/2015
